

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO CEARÁ - CAU/CE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ - CAU/CE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor do
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") publicou, em 04 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;




- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3 - S - CE

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2018 à 31/12/2018

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|---------------------|---------------------|--|-------------------|--------------------|
| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| ATIVO CIRCULANTE | 1.889.231,31 | 1.750.826,64 | PASSIVO CIRCULANTE | 181.553,70 | 135.503,78 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 1.215.480,84 | 1.120.457,67 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | 118.324,52 | 339,38 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO | 627.325,85 | 560.375,43 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO | 495.567,78 | 400.930,16 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 42.537,32 | 27.182,27 |
| CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 577.972,81 | 600.645,23 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| (-) Provisão para Devedores Duvidosos | 793.072,05 | 516.450,78 | OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 46.424,62 | 68.777,24 | PROVISÕES A CURTO PRAZO | 56,23 | 94.443,25 |
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 20.635,63 | 13.538,88 |
| ESTOQUES | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 0,00 | 1.216,30 | | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO NÃO-CIRCULANTE | 152.471,40 | 92.043,06 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | 2.051,80 | 2.051,80 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| IMOBILIZADO | 152.471,40 | 92.043,06 | FORNECEDORES A LONGO PRAZO | 2.051,80 | 2.051,80 |
| BENS MÓVEIS | 286.964,68 | 207.358,79 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| (-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS | 134.493,28 | 115.315,73 | PROVISÕES A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| INTANGÍVEL | 0,00 | 0,00 | RESULTADO DIFERIDO | 0,00 | 0,00 |
| | | | TOTAL DO PASSIVO | 183.605,50 | 137.555,58 |

| | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
|--------------------------|---------------------|---------------------|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| | | | Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| | | | Patrimônio Social e Capital Social | 0,00 | 0,00 |
| | | | Ajuste de avaliação Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| | | | Demais Reservas | 0,00 | 0,00 |
| | | | Resultados Acumulados | 1.858.097,21 | 1.705.314,12 |
| | | | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.858.097,21 | 1.705.314,12 |
| TOTAL | 2.041.702,71 | 1.842.869,70 | TOTAL | 2.041.702,71 | 1.842.869,70 |
| ATIVO FINANCEIRO | 1.215.480,84 | 1.120.457,67 | PASSIVO FINANCEIRO | 181.658,70 | 176.772,87 |
| ATIVO PERMANENTE | 826.221,87 | 722.412,03 | PASSIVO PERMANENTE | 2.051,80 | 2.051,80 |
| SALDO PATRIMONIAL | | | | 1.857.992,21 | 1.664.045,03 |

Compensações

| ESPECIFICAÇÃO | Exercício | Exercício | ESPECIFICAÇÃO | Exercício | Exercício |
|---|-------------|-------------|--|------------------|------------------|
| Saldo do Atos Potenciais Ativos | Atual | Anterior | Saldo do Atos Potenciais Passivos | Atual | Anterior |
| Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas | 0,00 | 0,00 | Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Execução de Direitos Conveniados | 0,00 | 0,00 | Execução de Obrigações Conveniadas | 0,00 | 0,00 |
| Execução de Direitos Contratuais | 0,00 | 0,00 | Execução de Obrigações Contratuais | 36.900,09 | 76.353,75 |
| Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo | 0,00 | 0,00 | Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | TOTAL | 36.900,09 | 76.353,75 |

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

| | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|----------------------|-----------------|--------------------|
| Superávit Financeiro | 1.033.822,14 | 943.684,80 |

Balanco Financeiro

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|--|-----------------|--------------------|---|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| Receita Orçamentária | 1.961.804,73 | 1.679.406,14 | Despesa Orçamentária | 1.870.659,55 | 1.551.438,90 |
| RECEITA REALIZADA | 1.961.804,73 | 1.679.406,14 | CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR | | 41.269,09 |
| RECEITA CORRENTE | 1.961.804,73 | 1.679.406,14 | CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO | 42.183,49 | 27.182,27 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES | 911.935,69 | 763.037,24 | CREDITO EMPENHADO – PAGO | 1.828.476,06 | 1.482.987,54 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 911.935,69 | 763.037,24 | DESPESA CORRENTE | 1.771.990,17 | 1.471.469,54 |
| ANUIDADES | 911.935,69 | 763.037,24 | PESSOAL | 1.018.854,95 | 853.932,48 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 909.569,86 | 777.696,37 | MATERIAL DE CONSUMO | 17.132,81 | 12.588,87 |
| EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES | 5.154,95 | 6.364,20 | SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 166.451,09 | 128.364,99 |
| EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT | 904.414,91 | 771.332,17 | SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 368.028,70 | 272.317,33 |
| FINANCEIRAS | 125.572,10 | 116.771,20 | ENCARGOS DIVERSOS | 34.756,59 | 29.303,55 |
| JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES | 32.168,47 | 24.645,90 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 166.766,03 | 174.962,32 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | 93.403,63 | 92.125,30 | DESPESA DE CAPITAL | 56.485,89 | 11.518,00 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES | 5.164,37 | 8,09 | INVESTIMENTOS | 56.485,89 | 11.518,00 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA S/ RESTITUIÇÕES | 5.164,37 | 8,09 | | | |
| MULTAS SOBRE ANUIDADES | 28.903,41 | 31.737,73 | | | |
| REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 59.335,85 | 60.379,48 | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 14.727,08 | 21.901,33 | | | |
| MULTAS DE INFRAÇÕES | 7.517,13 | 12.457,28 | | | |

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|---------------------|---------------------|--|---------------------|---------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 6.453,90 | 9.444,05 | | | |
| RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS | 756,05 | | | | |
| Transferências Financeiras Recebidas | | | Transferências Financeiras Concedidas | | |
| Recebimentos Extraorçamentários | 1.780.808,60 | 1.398.044,98 | Pagamentos Extraorçamentários | 1.794.490,61 | 1.384.927,13 |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | | 41.269,09 | Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados | 41.164,09 | 6.074,04 |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | 42.183,49 | 27.182,27 | Pagamentos de Restos a Pagar Processados | 26.858,17 | 18.424,23 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 175.637,78 | 132.788,15 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 168.541,03 | 132.067,85 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 1.562.987,33 | 1.196.805,47 | Outros Pagamentos Extraorçamentários | 1.557.927,32 | 1.228.361,01 |
| Saldo em espécie do Exercício Anterior | 1.138.017,67 | 996.932,58 | Saldo em espécie para o Exercício Seguinte | 1.215.480,84 | 1.138.017,67 |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 1.120.457,67 | 979.372,58 | Caixa e Equivalente de Caixa | 1.215.480,84 | 1.120.457,67 |
| Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados | 17.560,00 | 17.560,00 | Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados | | 17.560,00 |
| Total: | 4.880.631,00 | 4.074.383,70 | | 4.880.631,00 | 4.074.383,70 |



Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanco Orçamentário

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
|--|------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| RECEITA CORRENTE | 2.047.242,00 | 2.059.850,00 | 1.961.804,73 | -98.045,27 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES | 989.229,00 | 942.171,00 | 911.935,69 | -30.235,31 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 989.229,00 | 942.171,00 | 911.935,69 | -30.235,31 |
| ANUIDADES | 989.229,00 | 942.171,00 | 911.935,69 | -30.235,31 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 910.702,00 | 973.164,00 | 909.569,86 | -63.594,14 |
| EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES | 0,00 | 0,00 | 5.154,95 | 5.154,95 |
| EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT | 910.702,00 | 973.164,00 | 904.414,91 | -68.749,09 |
| FINANCEIRAS | 140.647,00 | 137.851,00 | 132.338,19 | -5.512,81 |
| JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES | 0,00 | 0,00 | 32.168,47 | 32.168,47 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | 140.647,00 | 137.851,00 | 100.169,72 | -37.681,28 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 6.766,09 | 6.766,09 |
| MULTAS SOBRE ANUIDADES | 82.217,00 | 79.421,00 | 28.903,41 | -50.517,59 |
| REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 58.430,00 | 58.430,00 | 59.335,85 | 905,85 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA S/ RESTITUIÇÕES | 0,00 | 0,00 | 5.164,37 | 5.164,37 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 6.664,00 | 6.664,00 | 7.960,99 | 1.296,99 |
| MULTAS DE INFRAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 751,04 | 751,04 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 6.664,00 | 6.664,00 | 6.453,90 | -210,10 |
| RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS | 0,00 | 0,00 | 756,05 | 756,05 |
| RECEITA DE CAPITAL | 961.151,00 | 117.651,00 | 0,00 | -117.651,00 |

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO | | |
|---|--|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------|
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | 961.151,00 | 117.651,00 | 0,00 | -117.651,00 | | |
| SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE | | | 961.151,00 | 117.651,00 | 0,00 | -117.651,00 | | |
| RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| SUB-TOTAL DAS RECEITAS | | | 3.008.393,00 | 2.177.501,00 | 1.961.804,73 | -215.696,27 | | |
| DÉFICIT | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| TOTAL | | | 3.008.393,00 | 2.177.501,00 | 1.961.804,73 | -215.696,27 | | |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DOTAÇÃO |
| DESPEZA CORRENTE | | | 2.008.932,00 | 2.026.680,47 | 1.812.553,66 | 1.812.553,66 | 1.771.990,17 | 214.126,81 |
| PESSOAL | | | 1.124.367,00 | 1.124.798,85 | 1.023.949,44 | 1.023.949,44 | 1.001.115,95 | 100.849,41 |
| PESSOAL E ENCARGOS | | | 1.124.367,00 | 1.124.798,85 | 1.023.949,44 | 1.023.949,44 | 1.001.115,95 | 100.849,41 |
| MATERIAL DE CONSUMO | | | 33.000,00 | 17.664,62 | 17.132,81 | 17.132,81 | 17.132,81 | 531,81 |
| MATERIAL DE CONSUMO | | | 33.000,00 | 17.664,62 | 17.132,81 | 17.132,81 | 17.132,81 | 531,81 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | | 263.401,00 | 234.772,73 | 187.520,18 | 187.520,18 | 184.190,09 | 47.252,55 |
| REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS | | | 45.495,00 | 42.494,79 | 38.063,67 | 38.063,67 | 37.363,98 | 4.431,12 |
| DIÁRIAS | | | 141.008,00 | 109.683,12 | 86.346,44 | 86.346,44 | 86.346,44 | 23.336,68 |
| Passagens | | | 76.898,00 | 82.594,82 | 63.110,07 | 63.110,07 | 60.479,67 | 19.484,75 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | 335.465,00 | 407.749,06 | 382.428,61 | 382.428,61 | 368.028,70 | 25.320,45 |
| SERVIÇOS PRESTADOS | | | 335.465,00 | 407.749,06 | 382.428,61 | 382.428,61 | 368.028,70 | 25.320,45 |
| ENCARGOS DIVERSOS | | | 40.000,00 | 40.000,00 | 34.756,59 | 34.756,59 | 34.756,59 | 5.243,41 |
| ENCARGOS DIVERSOS | | | 40.000,00 | 40.000,00 | 34.756,59 | 34.756,59 | 34.756,59 | 5.243,41 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | 212.699,00 | 201.695,21 | 166.766,03 | 166.766,03 | 166.766,03 | 34.929,18 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | 172.699,00 | 166.766,23 | 166.766,03 | 166.766,03 | 166.766,03 | 0,20 |
| CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO | | | 40.000,00 | 34.928,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.928,98 |
| CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL | | | 961.151,00 | 117.651,00 | 58.105,89 | 58.105,89 | 56.485,89 | 59.545,11 |
| INVESTIMENTOS | | | 961.151,00 | 117.651,00 | 58.105,89 | 58.105,89 | 56.485,89 | 59.545,11 |

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DOTAÇÃO |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES | 161.151,00 | 117.651,00 | 58.105,89 | 58.105,89 | 56.485,89 | 59.545,11 |
| AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS | 800.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE | 38.310,00 | 33.169,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.169,53 |
| SUB-TOTAL DAS DESPESAS | 3.008.393,00 | 2.177.501,00 | 1.870.659,55 | 1.870.659,55 | 1.828.476,06 | 306.841,45 |
| SUPERÁVIT | 0,00 | 0,00 | 91.145,18 | 0,00 | 0,00 | -91.145,18 |
| TOTAL | 3.008.393,00 | 2.177.501,00 | 1.961.804,73 | 1.870.659,55 | 1.828.476,06 | 215.696,27 |

Variações Patrimoniais

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | | | |
|---|---------------------|---------------------|--|---------------------|---------------------|
| | Exercício Atual | Exercício Anterior | | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | 2.337.374,24 | 1.996.600,16 | VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | 2.152.917,43 | 1.533.796,91 |
| CONTRIBUIÇÕES | 1.287.460,16 | 1.079.109,62 | PESSOAL E ENCARGOS | 1.047.634,00 | 863.367,66 |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 1.287.460,16 | 1.079.109,62 | REMUNERAÇÃO DE PESSOAL | 1.000.254,90 | 835.315,01 |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 1.287.460,16 | 1.079.109,62 | REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS | 1.000.254,90 | 835.315,01 |
| EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS | 909.569,86 | 777.696,37 | BENEFÍCIOS A PESSOAL | 47.379,10 | 28.052,65 |
| EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 909.569,86 | 777.696,37 | BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS | 47.379,10 | 28.052,65 |
| VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 909.569,86 | 777.696,37 | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 642.232,04 | 495.466,93 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 132.059,13 | 126.452,73 | USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 17.132,81 | 12.588,87 |
| JUROS E ENCARGOS DE MORA | 38.806,36 | 34.335,52 | CONSUMO DE MATERIAL | 17.132,81 | 12.588,87 |
| JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS | 38.806,36 | 34.327,43 | SERVIÇOS | 605.921,68 | 462.449,60 |
| OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA | 0,00 | 8,09 | DIARIAS | 86.346,44 | 69.903,00 |
| VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS | 5.164,37 | 0,00 | SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS | 101.173,74 | 77.978,99 |
| OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS | 5.164,37 | 0,00 | SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS | 418.401,50 | 314.567,61 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS | 88.088,40 | 92.117,21 | DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 19.177,55 | 20.428,46 |
| MULTAS SOBRE ANUIDADES | 88.088,40 | 92.117,21 | DEPRECIACAO | 19.177,55 | 20.428,46 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 8.285,09 | 13.341,44 | TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS | 186.430,12 | 174.962,32 |
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR | 756,05 | 0,00 | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 186.430,12 | 174.962,32 |
| RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS | 756,05 | 0,00 | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 186.430,12 | 174.962,32 |
| DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 7.529,04 | 13.341,44 | DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS | 276.621,27 | 0,00 |
| MULTAS ADMINISTRATIVAS | 751,04 | 2.775,75 | REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS | 276.621,27 | 0,00 |
| INDENIZAÇÕES | 6.453,90 | 9.444,05 | VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS | 276.621,27 | 0,00 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS | 324,10 | 1.121,64 | | | |
| Total das Variações Ativas : | 2.337.374,24 | 1.996.600,16 | Total das Variações Passivas : | 2.152.917,43 | 1.533.796,91 |
| | | | RESULTADO PATRIMONIAL | | |
| Déficit do Exercício | | | Superávit do Exercício | 184.456,81 | 462.803,25 |

| | | | | | |
|--------------|---------------------|---------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| Total | 2.337.374,24 | 1.996.600,16 | Total | 2.337.374,24 | 1.996.600,16 |
|--------------|---------------------|---------------------|--------------|---------------------|---------------------|

Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---------------------|---------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES | | |
| INGRESSOS | | |
| RECEITA CORRENTE | 1.961.804,73 | 1.679.406,14 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 911.935,69 | 763.037,24 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 911.935,69 | 763.037,24 |
| ANUIDADES | 911.935,69 | 763.037,24 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 909.569,86 | 777.696,37 |
| EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES | 5.154,95 | 6.364,20 |
| EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT | 904.414,91 | 771.332,17 |
| FINANCEIRAS | 125.572,10 | 116.771,20 |
| JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES | 32.168,47 | 24.645,90 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | 93.403,63 | 92.125,30 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES | 5.164,37 | 8,09 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA S/ RESTITUIÇÕES | 5.164,37 | 8,09 |
| MULTAS SOBRE ANUIDADES | 28.903,41 | 31.737,73 |
| REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 59.335,85 | 60.379,48 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 14.727,08 | 21.901,33 |
| MULTAS DE INFRAÇÕES | 7.517,13 | 12.457,28 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 6.453,90 | 9.444,05 |
| RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS | 756,05 | 0,00 |
| OUTROS INGRESSOS | 1.756.185,11 | 1.329.593,62 |
| DESEMBOLSOS | | |
| DESPESA CORRENTE | 1.771.990,17 | 1.471.469,54 |
| PESSOAL | 1.018.854,95 | 853.932,48 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 17.132,81 | 12.588,87 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 166.451,09 | 128.364,99 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 368.028,70 | 272.317,33 |
| ENCARGOS DIVERSOS | 34.756,59 | 29.303,55 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 166.766,03 | 174.962,32 |
| OUTROS DESEMBOLSOS | 1.794.490,61 | 1.384.927,13 |
| FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES | 151.509,06 | 152.603,09 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| INGRESSOS | | |
| DESEMBOLSOS | | |
| INVESTIMENTOS | 56.485,89 | 11.518,00 |
| FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | -56.485,89 | -11.518,00 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| INGRESSOS | | |
| DESEMBOLSOS | | |
| FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | 0,00 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO | | |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 95.023,17 | 141.085,09 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 1.120.457,67 | 979.372,58 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL | 1.215.480,84 | 1.120.457,67 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DO
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ - CAU/CE

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Rua do Rosário, nº 77, salas 702, 703, 704, 705, Centro, CEP 60.055-902, Fortaleza - CE.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/CE procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média aritmética ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/CE, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/CE segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

| | Anos | Valor residual |
|--|------|----------------|
| Móveis e utensílios | 10 | 10% |
| Veículos | 5 | 10% |
| Máquinas e equipamentos | 5 | 10% |
| Equipamentos de processamento de dados | 5 | 10% |
| Biblioteca | 0 | 0% |
| Obras de arte | 0 | 0% |
| Utensílios de copa e cozinha | 5 | 10% |
| Sistemas de processamento de dados | 10 | 10% |
| Instalações | 10 | 10% |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/CE procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/CE adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2019 | 2018 |
|------------------------|------------------|------------------|
| Aplicações financeiras | 1.215.481 | 1.120.458 |
| | <u>1.215.481</u> | <u>1.120.458</u> |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

| | 2019 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Pessoa Física | 384.924 | 304.699 |
| Pessoa Jurídica | 110.644 | 96.232 |
| Pessoa Física - Anterior | 262.415 | 361.428 |
| Pessoa Jurídica - Anterior | 315.558 | 239.217 |
| Dívida Ativa decorrente de anuidades - Pessoa Física | 346.857 | 75.251 |
| (-) Provisão para Devedores Duvidosos PF | (499.603) | (296.371) |
| (-) Provisão para Devedores Duvidosos PJ | (293.469) | (220.080) |
| | <u>627.326</u> | <u>560.375</u> |

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Adiantamentos diversos | 0 | 4.186 |
| Créditos a receber por descentralização da prestação de serviço público | 46.424 | 47.032 |
| Caução | - | 17.560 |
| | <u>46.425</u> | <u>68.777</u> |

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

8. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

| | Custo | Depreciação Acumulada | Líquido | |
|--|----------------|--------------------------|----------------|---------------|
| | | | 2019 | 2018 |
| Máquinas e Equipamentos | 44.932 | (6.444) | 38.488 | 19.751 |
| Veículos | 27.254 | (24.119) | 3.135 | 5.587 |
| Móveis e utensílios | 124.669 | (45.622) | 79.047 | 34.206 |
| Equipamentos de processamento de dados | 90.109 | (58.308) | 31.801 | 32.499 |
| Total | <u>286.965</u> | <u>(134.493)</u> | <u>152.471</u> | <u>92.043</u> |

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

| | 31.12.2018 | Adições | Baixas | Depreciação | 31.12.2019 |
|--|----------------|---------------|----------|------------------|----------------|
| Máquinas e equipamentos | 24.585 | 20.347 | - | (6.444) | 38.488 |
| Veículos | 27.254 | - | - | (24.120) | 3.134 |
| Móveis e utensílios | 72.477 | 52.192 | - | (45.621) | 79.048 |
| Equipamentos de processamento de dados | 83.042 | 7.067 | - | (58.308) | 31.801 |
| Total | 207.359 | 79.606 | - | (134.493) | 152.471 |

Em virtude da mudança do prédio da sede do CAU/CE, foi necessário a aquisição e instalação de aparelhos condicionadores de ar (máquinas e equipamentos), novas estações de trabalho e armários (móveis e utensílios) e equipamentos de informática - nobreak e uma central telefônica (equipamentos de processamento de dados).

9. Fornecedores a pagar

| | 2019 | 2018 |
|----------------|---------------|---------------|
| Restos a pagar | 42.537 | 27.182 |
| | 42.537 | 27.182 |

Em Restos a Pagar do exercício de 2019 há os encargos da folha, que aumentou por conta de reajuste salarial anual e contratação de outro funcionário em janeiro de 2019, passagens aéreas compradas em dezembro e o aluguel de dezembro da sede do CAU/CE com vencimento para o dia 31/12, compensado apenas no dia 02/01/2020.

10. Provisões a Curto Prazo

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--------------|----------------|---------------|
| Férias | 87.114 | 69.513 |
| INSS | 21.871 | 17.676 |
| FGTS | 8.107 | 6.428 |
| PIS/PASEP | 1.035 | 726 |
| Total | 118.126 | 94.442 |

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

11. Demais Obrigações a Curto Prazo

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| INSS | 8.336 | 6.401 |
| IRRF | 10.375 | 6.544 |
| ISS | 264 | 135 |
| IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER | 274 | 254 |
| Contribuição Sindical - Anual | 100 | 100 |
| Mensalidade Sindical | 59 | 59 |
| Vale transporte | 46 | 46 |
| IRRF Pessoa Física Cód. 0588 | 1.181 | - |
| Total | 20.636 | 13.539 |

O Imposto de Renda redito de pessoa física prestadora de serviço corresponde ao serviço de marcenaria na confecção de móveis para a nova sede do CAU/BR.

12. Provisão para riscos processuais

Para o ano de 2019 o Conselho não foi acionado judicialmente, por este exposto, não temos causas prováveis, tão pouco possíveis que mereçam destaque em Nota Explicativa. Conforme orientado pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

13. Patrimônio Líquido

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Superávit ou Déficit do Exercício | 184.457 | 462.803 |
| Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores | 1.705.314 | 1.166.387 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | (31.674) | 76.124 |
| Patrimônio Líquido | 1.858.097 | 1.705.314 |

14. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/CE, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

15. Despesas por natureza

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Variação Patrimonial Diminutiva | | |
| Remuneração Pessoal | 1.047.634 | 863.368 |
| Material de Consumo | 17.133 | 12.589 |
| Diárias | 85.941 | 68.000 |
| Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica | 517.205 | 394.450 |
| Despesas com Depreciação | 19.178 | 20.428 |
| Transferências Intragovernamentais - Concedidas | 189.205 | 174.962 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 276.621 | - |
| | <u>2.152.917</u> | <u>1.533.797</u> |
| (=) Resultado Patrimonial | <u>2.152.917</u> | <u>1.533.797</u> |

16. Receita por natureza

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Variação Patrimonial Aumentativa | | |
| Contribuições | 1.287.460 | 1.079.110 |
| Exploração De Bens Direitos e Prestação De Serviços | 939.227 | 801.421 |
| Receitas Financeiras | 99.213 | 98.788 |
| Transferências Intragovernamentais - Recebidas | 3.189 | 3.940 |
| Receitas não identificadas | 756 | - |
| Indenizações | 6.454 | 9.444 |
| Outras Variações Aumentativas | 1.075 | 3.897 |
| Total Receita Líquida | <u>2.337.374</u> | <u>1.996.600</u> |

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

| Resultado Patrimonial | 2019 | 2018 |
|---|------------------|----------------|
| Variação Patrimonial Aumentativa (Receita) | 2.337.374 | 1.996.600 |
| (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa) | (2.152.917) | (1.533.797) |
| (=) Superávit Patrimonial apurado | <u>184.457</u> | <u>462.803</u> |
| Resultado Orçamentário | 2019 | 2018 |
| Receita Orçamentária Arrecadada | 1.961.805 | 1.679.406 |
| (-) Despesas Empenhadas | (1.870.660) | (1.551.439) |
| (=) Superávit Orçamentário Apurado | <u>91.145</u> | <u>127.967</u> |
| Resultado Financeiro | 2019 | 2018 |
| Saldo Disponível Apurado | 1.215.481 | 1.120.458 |
| (-) Passivo Financeiro | (181.554) | (176.773) |
| (=) Superávit Financeiro Apurado | <u>1.033.927</u> | <u>943.685</u> |

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em de Reais)

18. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

| Item | Tipo de cobertura | Importância segurada |
|-------------------------|---|-------------------------|
| Complexo das atividades | Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos | - |
| Veículos | Incêndio, roubo e colisão para 01 veículo | 1.216 |
| Responsabilidade civil | Responsabilidade civil | - |
| Lucros cessantes | Não realização de lucros decorrentes de danos materiais | - |
| | | <u>1.216</u> |

19. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Ceará/CE